

Apresentação: Transformações do acontecimento na sociedade em midiatização

Ana Paula da Rosa

Jairo Ferreira

Luiz Signates

Esta edição da revista *Questões Transversais* reúne um conjunto de artigos que se lançam a compreender a comunicação a partir da articulação entre teoria e empiria. Em comum entre todos eles, a ambiência da midiatização como cenário complexo onde a vida se desenrola, fortemente afetada por lógicas de mídia e midiatização que transcendem o fazer de instituições. Aqui, a dimensão do acontecimento ganha destaque, principalmente porque são acontecimentos tecidos por diferentes atores sociais e num emaranhado de discursos, disputas de sentido, acessos e não acessos tecnológicos. Além disso, a dimensão histórica destes acontecimentos ganha força, mesmo quando tratam de problemáticas sociais recentes como a pandemia de COVID-19. Isto porque a dimensão histórica não se restringe a estudos de caráter histórico, mas a compreensão de que a pesquisa em comunicação é uma leitura social das transformações, sendo, portanto, marco para as leituras futuras.

Neste sentido, o artigo que abre esta edição, intitulado **Contratos enunciativos jornalísticos: um percurso histórico pelo viés semioantropológico da mediização**, de Claudiane Oliveira Carvalho Sampaio (UFBA), tem como objetivo investigar as mudanças ocorridas nos contratos enunciativos jornalísticos a cada fenômeno mediático, os quais são impulsionados pelo surgimento e institucionalização social de novas tecnologias. Adotando o viés semioantropológico da midiatização, a partir de Eli-seo Verón, a autora busca traçar a história social dos meios a partir das alterações nas enunciações do jornalismo. Para isso, recorre à discussão bibliográfica sobre as diferentes perspectivas da midiatização, enfatizando o lugar da institucionalização social dos dispositivos técnicos, o que afeta as práticas sociais. Dentre estas, a transformação do fato em notícia, a recontextualização midiática e a mudança nos contratos enunciativos, especialmente, a partir da adoção de tecnologias pela sociedade.

É essa adoção de tecnologias transformando práticas tratada por Claudiane que é vista em perspectiva empírica no trabalho de Tiago Segabinazzi e Micael Behs (UNISINOS),

intitulado **Produção amadora e midiatização: mediação e alteridade**. Os autores tratam da atorização social na construção midiática da realidade. A partir das discussões teórico-epistêmicas da midiatização e da circulação de sentidos, o texto reflete sobre dois casos midiatizados de grande visibilidade, um ocorrido em 2022, em que o rapper Bielzin e sua equipe foram expulsos de um voo por se recusarem a utilizar máscaras de proteção contra a COVID-19, e outro ocorrido anos antes em São Paulo, envolvendo um boato que resultou no linchamento e na morte de Fabiane de Jesus, conhecida como a Bruxa do Guarujá. Para os autores, os dois casos permitem apresentar a hipótese de uma alteração da mediação tradicional da sociedade dos meios para a sociedade em midiatização, onde o acesso ao espaço discursivo de diferentes atores sociais implica o adensamento dos conflitos e a exposição de diferenças. Segabinazzi e Behs destacam a ruptura da midiatização com a limitação da indústria cultural, que, embora presente, não dá conta daquilo que a sociedade faz, visto que esta passa a se comunicar consigo mesma de forma complexa. Assim, ao longo do texto os autores problematizam a importância dos discursos contra-hegemônicos, bem como a responsabilidade da atorização social, uma vez que é necessário “questionar o valor de discursos que encerram outras possibilidades de existência e ameaçam a democracia comunicacional a que aspiram”.

Também tendo a democracia e a pluralidade como horizonte, o trabalho de Hermundes Souza Flores de Mendonça (UNILESTE-MG) discute o **Judiciário Midiatiza(n)do: a disputa das câmeras no interrogatório de Lula**. A partir de um acontecimento mediático tecido por diferentes formas de atorização social e de atravessamento entre campos, o autor propõe uma reflexão teórico-prática sobre a judicativa realização do Direito no contexto da midiatização. A partir da articulação de conceitos como midiatização, ativismo judicial e judicialização, o autor se volta a problematizar as questões formuladas no curso da observação do interrogatório do ex-presidente Lula perante o então juiz Sérgio Moro. O caso empírico mostra processos

sociais mediados pela prestação jurisdicional nos quais o acionamento de lógicas comunicacionais na mediação gera tensionamentos em face do juridicamente normatizado. Assim, o autor reflete não sobre a lógica do Poder Judiciário como instituição, mas as diversas lógicas adotadas por sujeitos que interagem (consensual e conflituosamente) neste caso, configurando o acontecimento. O acontecimento aqui é o interrogatório de Lula registrado em câmeras e posto a circular em diferentes circuitos. Tal acontecimento é marcado pela disputa de sentidos em torno do agenciamento dos fluxos, o que resulta em experimentações tentativas de diferentes campos sociais em interação. O desafio identificado pelo autor está exatamente na compreensão do campo jurídico sobre como operar dentro desta complexidade interacional da mediação a fim de avançar numa sociedade mais justa.

Por outro prisma, Leandro Frederico Ferraz Meyer (UFRA) aborda a consciência moral e a ética no acontecimento da crise sanitária imposta pela pandemia de COVID. No artigo **Consciência moral, comunicação e resistência às medidas de controle da crise sanitária: contribuições à luz da ética do discurso e da pesquisa em dilemas sociais**, o autor parte do questionamento sobre a razão da pouca adesão às medidas de controle sanitário no país, considerando, em especial, a influência de modelos mentais e sistemas de valores dos indivíduos que resultam em dilemas sociais. A partir das proposições de Habermas e também de Ciro Marcondes Filho, o autor problematiza a compreensão da comunicação, considerando-a central na promoção da mudança de valores sociais e também para as orientações morais. A partir da experiência brasileira no acontecimento da pandemia de COVID-19, Meyer observa as dificuldades no enfrentamento da doença no país (usar máscara, manter o distanciamento social, vacinar-se) e como tais condutas negativas conferem nova significância à crítica epistemológica do fenômeno comunicacional. Para o autor, o negacionismo e a resistência às vacinas, em particular, revelam não somente escolhas individuais ou desinformação, mas uma escolha pautada por valores morais incrustados na sociedade e que impedem a coletividade, desencadeando dilemas éticos que correspondem ao arquétipo da tragédia dos comuns. Desta maneira, ao pensar a comunicação, o autor instiga a pensar em profundidade nos discursos negacionistas, tentando observar através deles práticas sociais que se manifestam tanto nas mídias como fora delas.

Assim como Meyer busca observar a resistência às medidas sanitárias para compreender as lógicas sociais em jogo, Carla Longhi (PUC/SP) e Cristiane Furlan (UNIP), em **Censura e desinformação: estratégias de silenciamento nas crises de saúde**, abordam a desinformação e

o silenciamento como estratégias da comunicação governamental. A política do silêncio, ancorada em Eni Orlandi, é observada de modo análogo em dois acontecimentos envolvendo a saúde: a Epidemia de Meningite em 1972 e a Pandemia de COVID-19, em 2020. A partir da observação da revista *Veja*, as autoras desenvolvem uma análise que é atravessada pela questão histórica, visto que nos anos 70 os efeitos da ditadura eram percebidos por aquilo que a mídia podia ou não mostrar, e do mesmo modo o poder de controle se manifesta em 2020 a partir de um governo autoritário. Deste modo, o trabalho de Carla e Cristiane tem como objetivo central investigar a política comunicacional em contextos de crise sanitária. Assumem, então, uma postura epistêmica de distinguir o que é interior ao campo e o que é exterior, evidenciando as matizes da comunicação empresarial, pública e governamental, evitando apagamentos e sobreposições. Ao explicitarem a comunicação governamental, explicitam também a lente para observar o fenômeno, isto é, a comunicação como formas de relacionamento com o cidadão. Destaca-se que a política do silêncio, percebida não só no não dito, mas também nas entrelinhas do dito, traz à tona tanto o silêncio como interdição como torna evidente novas formas de controle, a exemplo da pandemia de COVID, como o negacionismo e a desinformação, incidindo diretamente no rechaço aos Direitos Humanos, visto que os interesses políticos se sobrepõem aos sociais, que os governos deveriam lutar para proteger.

Fechando esta edição da revista, duas entrevistas profundamente articuladas com o conjunto de textos aqui apresentados. A primeira do pesquisador argentino Mario Carlón, concedida a Ângelo Jorge Neckel e Guilherme Martins Batista (UNISINOS) no momento do IV Seminário Internacional em Mediação e Processos Sociais. Com o título **La construcción contemporánea de los acontecimientos**, o autor argentino discute novos processos de mediação e circulação na construção contemporânea do acontecimento. O pesquisador desenvolve uma pesquisa empírica em torno do discurso de abertura da Assembleia Legislativa de Buenos Aires, proferido pelo presidente da Argentina, Alberto Fernández, e os processos e movimentos de circulação de sentidos mobilizados a partir de sua fala, produzindo um intrincado e complexo acontecimento midiático e social.

Já a entrevista de José Luiz Braga (UFG/UNISINOS), concedida também ao pesquisador Ângelo Neckel e a Luísa Schenato Staldoni (UNISINOS), volta-se a discutir **O dispositivo interacional de aprendizagem e o Homo sapiens mediado**, tendo como ponto central o dispositivo de aprendizagem como elemento básico da comunicação humana. Na entrevista, Braga articula os dispositivos interacionais com a ideia de *sapiens* mediado,

ênfatizando o lugar da capacidade de aprendizagem que passa tanto pela dimensão técnica e tecnológica quanto pelo conhecimento que se socializa e partilha, seja nos meios ou fora deles.

Assim, esta edição provoca a refletir sobre as transformações do acontecimento na sociedade em midiatização, inclusive sobre a própria noção de acontecimento. Em um cenário complexificado, onde os campos sociais se interpenetram e a mídia hegemônica perde o lugar hierárquico de referência, a atorização social passa a ser determinante para a configuração dos acontecimentos. Porém, a crítica, a ética, o respeito ao outro são formas

de romper com práticas excludentes e autoritárias, calcadas tanto no silenciamento quanto na fala opressora, que permanecem em circulação. O caminho aqui sinalizado é o da aprendizagem social, que não apenas diz respeito ao *Homo sapiens*, mas também ao *Homo demens*, abordado por Edgar Morin. Ou seja, as dimensões cognitivas, éticas, estéticas, imaginárias convivem com a dimensão científica, racional e técnica. Trata-se de pensar no futuro do homem, não apenas como aquele que cria acontecimentos, mas como aquele que faz do seu próprio percurso, dialógico com os outros, uma política civilizacional.